

Exemplos de Boas Práticas

III SESSÃO

Fernando Regateiro

Vamos agora reflectir sobre Educação Intercultural e Cidadania em que irão intervir a Senhora Dra. Fernanda Reis do Secretariado Diocesano da Obra Pastoral para os Ciganos, o Senhor Dr. Miguel Sepúlveda da Associação Regresso das Caravelas, a Senhora Dra. Carmelinda Pereira da Escola do 1º Ciclo de Algés, a Senhora Dra. Vitália Rosa Monte do Acordo de Cooperação do Alto Comissariado e do Instituto de Emprego e Formação Profissional. Contaremos, no final, com o esclarecido comentário do Senhor Dr. Luís Souta.

Desejo, em primeiro lugar, agradecer à Senhora Presidente do CNE, Prof. Doutora Teresa Ambrósio, a gentileza que teve em me convidar para estar nesta posição como moderador.

Seja-me permitida apenas uma reflexão muito ligeira sobre as boas práticas em educação. Para dizer o seguinte: quando falamos em boas práticas, estaremos a falar em modelos que se podem importar ou transportar, porque são bons modelos, ou teremos que os ver como bons modelos no contexto de desenvolvimento e da história dos interventores em que se originam?

Na verdade, a educação é um processo localizado, tem contexto e tem pessoas a quem se dirige. Tem, inclusive, um momento, um momento temporal e, nesse momento, nesse contexto, para essas pessoas, pode ocorrer uma boa prática.

Se pensarmos que uma boa prática educativa em determinado contexto, uma vez retirada desse contexto, desse tempo histórico, desse espaço geográfico, continua naturalmente a ser uma boa prática, iremos cair naquilo que tem infelizmente acontecido, por diversas vezes, e que se tem traduzido na importação de modelos. Depois, demonstra-se que é, de facto, um mau modelo para o sítio para onde se deslocou sem ter em consideração os diferentes parâmetros que, na sua origem, fizeram dele uma boa prática.

Na importação de uma “boa prática” haverá que ter cuidados, na justa medida em que é necessário respeitar quem recebe, de novo, essa prática. Em última análise, se uma prática fosse considerada com valor absoluto, mesmo intocável, então não faria dos seus destinatários participantes no processo educativo, mas apenas sujeitos passivos de uma prática. Só que, nesse momento, a “boa prática” estaria arruinada.

Passo a palavra, em primeiro lugar e com o agradecimento do Conselho Nacional de Educação e dos organizadores deste Seminário, à Senhora Dra. Fernanda Reis, do Secretariado Diocesano da Obra Pastoral para os Ciganos. Muito obrigado, pela sua presença.

Fernanda Reis

Muito obrigada. Cumprimento os membros da Mesa e toda a Assembleia. Começo por agradecer ao Senhor Alto Comissário e à Senhora Presidente do Conselho Nacional de Educação o convite que me foi feito para dar aqui a conhecer a intervenção do Secretariado Diocesano de Lisboa, da Obra Nacional da Pastoral dos Ciganos. Naturalmente que não é fácil dar-mos a conhecer como pessoas e também dar-mos a conhecer como Instituição. A verdade de que hoje se falou aqui em ser o “próximo” e nas atitudes indispensáveis para nos considerarmos próximos uns dos outros, eu considero que também é importante, para nos tornarmos próximos de alguém, o conhecermos e fundamentalmente também o darmos a conhecer. E por isso com muita simplicidade, vou tentar dar, de forma resumida, a intervenção do nosso Secretariado.

O Secretariado Diocesano de Lisboa foi criado oficialmente em 1977 e a sua origem foi delineada a partir de uma dinâmica nascida do encontro informal com núcleos de famílias ciganas que, nos finais dos anos 60, habitavam na Falagueira e em Lisboa. Constituiu-se como IPSS em 1985.

A acção que deu origem à criação deste Secretariado foi realizada e desenvolvida por voluntários, que se organizaram estabelecendo contactos com as famílias.

Do convívio continuado com as referidas famílias tornou-se patente a necessidade de se proceder a um trabalho continuado, pelo que se estabeleceram acordos com o CRSS e com a SCML, no sentido de permitir o desenvolvimento do trabalho a tempo inteiro.

Actualmente o Secretariado desenvolve a sua acção a partir de uma equipa de Direcção/Coordenação constituída por voluntários, que dinamiza sectores de trabalho social e comunitário e é responsável pelo funcionamento de diversos centros de actividades.

Conta ainda com o trabalho efectivo de um conjunto de funcionários, em número de 40, do qual fazem parte 1 socióloga, técnicas de serviço social, Educadoras de Infância, Auxiliares, Monitores de ATL, Pessoal

de cozinha, empregadas de limpeza e administrativas, e ainda um conjunto de técnicas afectas ao Projecto.

Toda a acção desenvolvida pela Instituição foi objecto de uma evolução que revela o caminho percorrido e é traduzida por fases que se repetiram nos diversos núcleos ou centros, com algumas variantes, dependentes de circunstâncias locais. Dessas fases comuns destacam-se:

- Aproximação não cigano/cigano;
- Desenvolvimento de diálogo, na procura de entendimento da realidade, perfil e necessidades desta população;
- Procura de compreensão das características culturais específicas e das normas de conduta daí decorrentes;
- Auscultação dos problemas sentidos, passando pela análise conjunta dos mesmos e procura de soluções.

O trabalho é desenvolvido em 7 Centros (4 da área de Lisboa, 1 da área da Amadora e 2 em Loures):

- Siruga (Amadora) – Canção
- Majari (Lisboa) – Nossa Senhora
- Chaborrilho (Lisboa) – Criança Cigana
- Olipandó (Lisboa) – Sol
- Panioli (Loures) – Fonte
- Verdine (Loures) – Caravana

Este trabalho desenvolve-se baseado principalmente em três aspectos: Actividades de Tempos Livres, Jardim de Infância e Atendimento Personalizado, independentemente da etnia a que as pessoas pertencem. Visando esclarecimento, apoio e encaminhamento de casos, o trabalho desenvolvido decorre sobretudo de uma relação muito próxima com as famílias.

Todos os espaços estão abertos diariamente de 2^a a 6^a feira. Os centros acolhem igualmente crianças de várias etnias, promovendo-se o convívio e comunicação entre culturas.

Nalguns centros funcionam apenas ATL, noutros, ATL e Jardins de Infância, estes segundo as normas e exigências do Ensino Pré-Escolar, abrangendo um total de 130 crianças. Nas ATL faz-se o acompanhamento escolar, estabelecendo-se a ponte entre ATL - Escola - Família, através de contactos frequentes.

Desenvolve-se ainda um programa anual que visa desenvolver as crianças e educá-las para o reconhecimento de si próprias e do outro, e para o exercício da cidadania.

Cada centro, com base no programa de cada período, faz a sua programação semanal, que é intercalada ou ampliada com actividades conjuntas com entidades e instituições da respectiva área.

Das ATL beneficiam 350 crianças.

Como grandes actividades, onde participam as crianças de todos os centros:

- Festa de Natal realizada exclusivamente com a participação das crianças, num teatro;
- Jogos desportivos, da Primavera, no Estádio Nacional;
- Colónias de férias abertas para todos e também fechadas para parte das crianças mais velhas;
- Todos os centros preparam um jornal trimestral elaborado pelas crianças;
- Realiza-se por centro e por bairro uma festa no final do ano lectivo, iniciativa que em muito contribui para o trabalho conjunto e convívio de pais e muitos outros moradores das diferentes etnias.

Em todos os centros se desenvolve trabalho comunitário, com a comunidade cigana e não cigana, que passa também pelas:

- Visitas domiciliárias para estreitamento de relações com a população e exige articulação interinstitucional (com Centros de Saúde, Escolas; Centro de Emprego, Juntas de Freguesia; Câmaras Municipais, Centro Regional de Segurança Social; e CLAS).

A partir deste trabalho foi possível reconhecer e identificar as principais necessidades desta população, tendo-se avançado com um primeiro Projecto de Formação Profissional, no âmbito do Programa Horizon 1 – “Caminhos Novos” (Prior Velho). Este Projecto consistiu num 1º curso de Corte e Confeção, destinado a jovens ciganas e não ciganas (20 alunas) e complementado por uma vertente de alfabetização (4º e 6º anos de escolaridade).

No âmbito deste Projecto foi possível realizar um estudo que partiu de um inquérito aplicado a todas as famílias ciganas da área do Patriarcado de Lisboa, correspondente a 21 concelhos, de Cascais à Nazaré, cuja data de publicação é de 1997.

Como conclusões do estudo, destacam-se:

- A existência de uma maior concentração de população cigana nos concelhos de Lisboa, Loures e Amadora;
- Uma perfeita organização em famílias;
- Uma situação habitacional degradada, com 56% das famílias habitando em barracas ou prédios com condições de habitabilidade precárias;
- Uma formação escolar deficiente, com elevados índices de analfabetismo;
- Uma altíssima percentagem de adultos que se dedica à venda ambulante, parte significativa dos quais exercendo-a em situação ilegal;
- A vontade de obter segurança e melhoria de vida.

O retrato deste estudo levou a Instituição a avançar com outro Projecto.

PROJECTO RUMO AO FUTURO

O trabalho de campo feito pelos técnicos da Instituição permitiu fazer um despiste das necessidades e gostos do grupo, tendo sido a partir deste que se desenhou o Projecto.

Esta iniciativa deu lugar ao aparecimento de um 7º Centro.

O Projecto tem como beneficiários pessoas excluídas do sistema normal de educação e qualificação profissional, e que são caracterizadas, sobretudo, por:

- Um nulo ou baixo nível de escolaridade;
- Dificuldades de comunicação em termos de língua e de cultura;
- Constrangimentos por dificuldades pessoais
 - 1 devidas aos baixos rendimentos;
 - 2 acesso à habitação;
 - 3 falta de conhecimentos sobre o mercado de trabalho e seu funcionamento;
 - 4 competências desactualizadas ou mesmo nulas.

Este novo Projecto – “Rumo ao Futuro” – foi iniciado em 1996, tendo sido objecto de dois prolongamentos, ao longo dos quais se tem mantido a seguinte estrutura em termos de actividades:

1. Agência de Desenvolvimento Local

2. Acções de Transnacionalidade

3. Formação Profissional e Escolar

1. Agência de Desenvolvimento Local: trata-se de um serviço ao dispor de toda a população do bairro onde se encontra implementado e dos bairros circundantes. Esta ADL engloba:

- Um Serviço de informação e esclarecimento, que tem como objectivos:

promover a alteração da percepção dos indivíduos sobre a sua posição no contexto da sociedade maioritária;

permitir, ao mesmo tempo, a abertura da comunidade envolvente, alterando a atitude que prevalece relativamente às pessoas excluídas.

- Serviço de orientação e encaminhamento de casos para emprego, formação profissional, serviços de saúde, segurança social, etc.

- A ADL inclui ainda a Dinamização de Acções com a Comunidade, com o objectivo de:

promover o convívio inter-cultural;

estimular as parcerias com a população dos bairros e com as instituições que aí desenvolvem trabalho.

- 2 Acções de Transnacionalidade. Estas desenrolam-se com o intuito de se estabelecerem linhas de reflexão e intercâmbio e preparar estratégias e propostas para que a comunidade cigana europeia delas beneficie.

As parcerias transnacionais foram estabelecidas com diversas entidades: Municípios de Almendralejo e de La Roda, Diputación Provincial de Granada, Junta de Andalucía – Consejería de Asuntos Sociales, e o Secretariado Geral para a Educação de Adultos – Atenas (Grécia).

No âmbito da Transnacionalidade destaca-se a realização de vários Encontros nos quais foram debatidos temas como:

A situação dos Itinerantes e ciganos na Europa;

Racismo contra os ciganos e Travellers;

Actividades económicas desenvolvidas pelos ciganos – tradicionais e recentes;

A figura do mediador sociocultural.

Procedeu-se ainda a trocas de experiências no campo do treino vocacional e da integração profissional e à elaboração de documentos conjuntos como o currículo para o Curso de Mediador Sociocultural cigano, com conteúdos programáticos semelhantes e aplicáveis a todos os parceiros e a definição do perfil funcional do mesmo. É de salientar também a elaboração de uma Monografia sobre as profissões tradicionais dos ciganos nos últimos 50 anos e a criação do *web site* Proklisi (www.mitnet.gr/proklisi/index.htm), contendo informação sobre os parceiros, seu trabalho e projectos que têm desenvolvido.

Paralelamente, realizaram-se alguns estudos de que se destaca a elaboração de um inquérito aplicado a jovens ciganos sobre a formação profissional e emprego, cujo resultado final foi um estudo comparativo das várias realidades nos três países em presença.

2. Formação Profissional e Escolar

A este nível procurámos desenvolver actividades que visam promover a abertura do grupo a alternativas de vida profissional e que facilitem a sua inserção na sociedade maioritária, permitindo, assim, a participação efectiva na mesma.

Para que isso fosse possível tornou-se essencial desenvolver o Projecto, não só em torno das necessidades e perfil do grupo alvo, mas também tentando satisfazer e ir ao encontro dos seus gostos e expectativas e, sobretudo, envolvendo directamente os beneficiários no próprio Projecto.

Neste sentido, realizámos um inquérito a 200 jovens de etnia cigana, com idades compreendidas entre os 16 e 25 anos, e cuja análise possibilitou o estudo intitulado: “O Jovem Cigano e a Formação – Atitudes e Expectativas frente ao mundo do trabalho”.

Este estudo permitiu conhecer a visão destes jovens relativamente ao mundo laboral dos adultos ciganos, a sua experiência de aprendizagem e de trabalho, as profissões aceitáveis e desejáveis no futuro e a forma que consideram mais adequada de preparar a vida adulta das crianças de hoje.

De uma forma sucinta podemos concluir que revelaram, em percentagem elevada, desejo de aprender e encetar novas experiências, ao mesmo tempo que aspiraram a profissões de sucesso para os mais pequenos.

Desenvolvemos ainda um outro estudo sobre “A Percepção e a incidência da SIDA na Comunidade Cigana”, com o intuito de testar o conhecimento da existência da SIDA e avaliar o grau de compreensão do seu significado.

Procedemos também a recolhas durante o período de 1997/1999, com a participação activa dos formandos.

A partir destas, viemos a preparar três publicações:

- 1 “Histórias Ciganas”
- 2 “Cozinha Cigana”
- 3 “Palavra e Comunicação – a Arte da escrita pela Minoria Cigana”,

procurando valorizar aspectos da sua cultura, que reflectem experiências e vivências diferentes das que são familiares à sociedade maioritária e incentivar a prática da comunicação escrita. Para além do empenhamento nas recolhas, as obras foram ilustradas exclusivamente pelos formandos.

No que diz respeito às alternativas de formação profissional que colocámos à disposição destes jovens, tivemos presente que o seu nível de escolarização é muito baixo, o que condiciona essas mesmas alternativas e implica que essa formação profissional seja complementada por uma vertente de escolarização, existindo entre ambas uma ligação estreita que permite superar algumas dificuldades com que os alunos se deparam ao longo dos cursos.

Tem sido política seguida pela instituição não impor um nível mínimo de escolaridade para ingresso nos cursos. E, no final da formação profissional, os alunos obtêm também o diploma escolar do 4º ou 6º ano, consoante o grau de escolarização com que entraram.

E é com alegria que verificamos que, a par da formação profissional, foram obtidos os seguintes diplomas escolares:

- 33 do 1º ciclo do Ensino Básico Recorrente
- 39 do 2º ciclo do Ensino Básico Recorrente
- 3 do 3º ciclo Ensino Básico Recorrente.

Neste projecto, até Dezembro do ano transacto, promovemos dois cursos de Corte e Confeção e dois cursos de Pastelaria, com o objectivo de proporcionar uma formação e qualificação profissionais em áreas distintas das ocupações que são tradicionalmente características desta

etnia, aumentando simultaneamente as suas competências escolares e literárias.

Desenvolvemos dois cursos de Mediadores Culturais, com o objectivo de formar informadores qualificados ou agentes privilegiados/intermediários para servirem de ponte entre a comunidade cigana e as instituições e Poderes Públicos e que, simultaneamente dinamizem a sua comunidade. Neste momento, a Pastoral tem já quatro mediadores formados e exercendo funções, desde o ano lectivo de 1998/99, integrados em duas escolas do 1º ciclo.

O Projecto foi objecto de um prolongamento por um ano, a partir de Janeiro de 2000.

Isto permitiu ampliar o tempo destinado ao segundo curso de mediadores, que o terminaram no fim de Junho de 2000, tendo completado também o 9º ano – 3º Ciclo do Ensino Recorrente.

Foi ainda possível, com este prolongamento, prosseguir a formação profissional de 8 jovens, raparigas, apostando fortemente nas saídas profissionais. Tendo isto em mente, foram criados dois grupos de quatro alunas.

Um dos grupos ingressou no curso de Aperfeiçoamento em Pastelaria com vista ao desenvolvimento dos conhecimentos, competências, atitudes e das formas de comportamento necessárias ao exercício da profissão de Pasteleiro e à gestão de uma pequena empresa.

Paralelamente desenvolvemos um Curso de Mediadores Socioculturais, objectivo perseguido por nós há longo tempo e cuja inovação consiste na introdução do elemento feminino numa actividade, que já de si é recente e que até há pouco só contou com agentes do sexo masculino, no que respeita à etnia cigana.

Durante o curso é ministrada uma formação de ordem geral e outra mais específica e desenvolvem-se exercícios práticos. O curso é composto por 8 módulos:

- 1 Cultura geral – composto por Língua Portuguesa, pela disciplina de Homem e Ambiente, Matemática e Inglês;
- 2 Animação Cultural – vertente mais importante do curso, que dá aos formandos um conjunto de conhecimentos teóricos e práticos relacionados com actividades sociais e culturais, informações sobre o funcionamento das instituições e do Estado, e a compreensão da realidade cigana actual, em Portugal;
- 3 História do Povo Cigano;
- 4 Sociologia;
- 5 Psicologia;
- 6 Introdução à Informática;
- 7 Trabalhos manuais para ocupação de tempos livres das crianças;
- 8 “O Século XX: principais eventos e inventos” – que lhes permite aumentar os conhecimentos em termos de cultura geral.

A par dessas disciplinas, desenvolvem actividades de intercâmbio com outras entidades, beneficiam de acções de formação pontuais e específicas, visitas de estudo e até encontros com formandos das entidades parceiras, tanto em Portugal como no estrangeiro.

No fim do curso efectuam um estágio que pode ser nas escolas, ou, no caso de dois mediadores que acabaram agora o curso, nas Comissões Locais de Acompanhamento do Rendimento Mínimo Garantido, o que foi uma nova experiência.

Quanto aos que já trabalham há dois anos, mantemos o contacto frequente com eles e conhecermos as funções que desempenham.

Para além do trabalho nas escolas, os mediadores têm sido contactados para participar em Encontros, tanto nacionais como transnacionais, no sentido de falarem sobre a sua experiência como Mediadores ou ainda sobre a cultura e a situação actual dos ciganos em Portugal. Foram

também convidados para realizar algumas acções de formação sobre cultura cigana.

Metodologias de intervenção:

A política seguida no que diz respeito às metodologias de intervenção tem sido muito no sentido do empowerment dos jovens, no sentido do aumento, não só das suas competências profissionais e escolares, mas também das suas competências pessoais e sociais.

Para terminar, quero comunicar que:

- Obtivemos em Junho a acreditação para o funcionamento de uma UNIVA;
- Em colaboração com a Câmara de Loures, responsabilizámo-nos pelo desenvolvimento de projectos elaborados por esta Autarquia, no âmbito do Programa Integrar – Medida 4. e que funcionaram na freguesia da Apelação:
 - Um, constituído por um Curso de Aperfeiçoamento em Corte e Confeção para doze jovens que já tinham frequentado um de iniciação;
 - outro, de mediadores socioculturais para seis jovens, dos quais quatro obtiveram o diploma em Junho de 2000.

Espero não os ter cansado muito. Muito obrigada.

Fernando Regateiro

Não cansou, certamente, e brindou-nos com experiência concreta de vários projectos que estão em curso e que têm resultados. E esse é um aspecto importante. Surpreendeu-nos, de algum modo, quando diz que identifica e compreende as características culturais dos sujeitos que são objecto da intervenção, em termos de atitudes e de expectativas face ao

mundo do trabalho. É uma forma de oferecer algo para os quais estão motivados e talvez facilitar, pela parte deles, a sua adesão ao projecto e apropriação dos objectivos. É uma metodologia que, naturalmente, o nosso Comentador depois irá avaliar. Antes, passemos a palavra ao Dr. Miguel Sepúlveda, que nos irá falar em nome da Associação Regresso das Caravelas.

Miguel Sepúlveda

Boa tarde a todos. Agradeço o convite que foi feito à Associação, para podermos vir falar aqui hoje. Eu venho em nome do José Caliengue que está em Barcelona, num projecto europeu que congrega uma série de parceiros e cujo objectivo é pôr em contacto uma série de artistas de origem Africana.

Eu venho sobretudo falar do que é o projecto que formei na Associação, quando, entrei em 1995/96, um projecto destinado às escolas chamado “Um novo olhar sobre África”. Quando cheguei, a primeira coisa com que me deparei foi uma tentativa da Associação de entrar no mundo escolar, tanto quanto possível, congregando dentro das escolas uma série de interesses que, por estarem dispersos, faltava-lhes força para se imporem no que diz respeito ao conhecimento de outras culturas presentes na escola.

Quando se fala noutras culturas, não falamos só na cultura de Cabo Verde ou de Angola, ou cigana. Não interessa tanto a origem da própria cultura, interessa percebermos que cada um de nós, dentro da escola ou fora dela, é agente de cultura e transporta consigo os seus próprios códigos culturais. Por isso mesmo, tem interesse haver, no âmbito das escolas, espaços de acolhimento de projectos que possam, de alguma maneira, desvendar ou pelo menos ajudar a congregar e alicerçar mais a descoberta do mundo que cada um trás dentro de si. Portanto, é um grande valor humano que nós queremos salvaguardar e, pelo menos, reforçar com este projecto chamado “Um novo olhar sobre África”.

Um novo olhar, em primeiro lugar, que comece por explicar porque é que é um novo olhar. Hoje em dia vivemos numa sociedade muito batida em estereótipos, dados adquiridos em lugares comuns, e, como tal, a guerra, a miséria, as doenças, passaram também infelizmente a ser lugar comum, e muitas vezes são esses os denominadores comuns do que é o conhecimento de África que nós temos. Eu não digo só em Portugal, mas noutros lados também. E um novo olhar é exactamente esse, é passar além daquilo que é transmitido constantemente e percebermos que, por

de trás desses dramas humanos, também existem riquezas humanas extraordinárias: o valor da palavra e da tradição, o valor da família, o valor do contacto humano, o valor da coragem, o valor de enfrentar a adversidade. Através disso, destes valores que também são universais, devemos fazer com que os próprios alunos que são, ou foram, através das suas gerações anteriores, porta-vozes desses mesmos valores, tomem o conhecimento ou um reconhecimento das suas próprias raízes culturais.

E por isso um novo olhar, um novo olhar que em última instância levará os próprios professores, por vezes, a questionarem-se sobre como é que podem estar frente aos seus alunos e passarem de um aluno tipo norma para um aluno individualizado, personalizado e, de facto, uma pessoa com todas as suas limitações, os seus êxitos, os seus desejos. Se conseguirmos distinguir esses alunos exactamente assim, o que muitos professores já fazem, o ensino poderá ser mais humano e menos tipificado do que é agora.

Isto em relação ao nome do projecto “Um novo olhar sobre África”, porque até agora temos vindo a debruçar-nos sobre África.

Três palavras ou quatro sobre a Associação em si própria. A Associação define-se assim mesmo, como Associação Cultural Africana. A maior parte das pessoas que lá trabalham são africanos ou de origem Cabo Verdiana, Angolana ou Moçambicana, e desenvolve a sua acção em três ou quatro áreas que julga importantes. Uma delas é a área do Centro de Estudos. O nome é muito pomposo, mas, o que lá se faz é muito importante. É poder proporcionar às pessoas que têm curiosidade sobre África, por exemplo, aprenderem línguas nacionais africanas. E em África, nos países de língua oficial portuguesa, fala-se não só português, mas muitas outras línguas que são nacionais. E deixamos de lado a ideia de um dialecto. Não é, a língua é veículo de transmissão cultural e de identidade cultural. E a Associação pretende com este centros de estudos, através de professores que são de língua materna dessas regiões, poder dar às pessoas a oportunidade de as aprender.

Outra área deste Centro de Estudos é fazer, com a periodicidade que podemos, alguns *fora*, que nos parecem importantes. Já fizemos um fórum sobre a mulher escritora em África e na América Latina, onde

estiveram presentes várias escritoras que deram aí o seu testemunho. Foi realizado na Universidade Católica, e foi uma coisa muito interessante e importante.

E a ultimar, este Centro de Estudos está ligado a uma área de espectáculos e à área de teatro. Temos vindo a fazer, com um grupo que retirou o seu nome de uma peça chamada “O Museu do Pau Preto”, portanto é o grupo do Museu do Pau Preto, todos actores de origem africana residentes em Portugal ou fora, e que fazem peças de teatro. A primeira foi o “Museu do Pau Preto” e a outra foi sobre Amilcar Cabral. Com base na Associação e em Portugal, fazem um périplo, por exemplo, em S. Tomé e Cabo Verde, levando a esses países uma forma de expressão de um teatro que já se faz cá em Portugal, mas feito por africanos. Isto, tendo evidentemente como pano de fundo a dita necessidade de integração das pessoas de comunidades étnicas diferentes.

Por fim, este projecto de ligação às escolas funciona de uma maneira muito prática e, já que estamos a falar de boas práticas, tentamos, tanto quanto possível, levar uma boa prática às escolas. Porque nas escolas, e na Associação, sentimos a necessidade de que as coisas sejam feitas de modo prático. É importante a investigação, é importante a parte académica, mas, também é muito importante sair desse meio, desse reduto, e levar uma boa prática eficaz e muito próxima das pessoas. Este projecto é muito alicerçado no falar às pessoas.

Primeiro, falar às autarquias, enquanto órgão de poder local, com imenso interesse e imenso poder junto das escolas, também interessadas em estabelecer esta ponte entre Associações e escolas, sob a sua jurisdição. Por isso, falarmos aos Órgãos Autárquicos, às divisões de educação nas autarquias, uma vez que é com elas que nós temos vindo a trabalhar há pelo menos três anos, desde falarmos aos próprios professores, aos órgãos dirigentes das escolas, para eles, de facto, irem assumindo como seu este projecto que lhes vai falar sobre África nos pátios das suas escolas, e depois falar aos alunos e ao pessoal auxiliar dentro da escola. Aos alunos para que eles sintam também como sua a necessidade de transmitirem as suas próprias mensagens, e, por isso, fazer com que os alunos, tanto quanto possível, dentro deste projecto possam ser protagonistas das acções, ao contar um conto africano, ou falando com as

avós em casa e recuperando parte da sua tradição oral, ou trazendo peças do seu próprio espólio doméstico, ou então eles próprios escreverem um poema ou fazerem uma peça de artesanato e exporem na sua escola.

Depois há a própria concretização do projecto. É sobretudo, através de um ciclo de conferências inicial, com os professores, com os alunos, com a comunidade local, ciclo de conferências este que é sempre feito de comum acordo com os professores e os temas são evidentemente ligados à educação intercultural, à problemática de encontro entre culturas e mesmo à necessidade de conhecer os países envolvidos neste encontro.

E depois passamos à prática em si mesma através de oficinas. Oficinas ditas interculturais, se pudermos assim chamá-las, que vão desde a oficina de artesanato africano, a teatro e a contos africanos. Oficina que se chama “Olhos de África”, que é a reposição de fotografias da actualidade africana e depois os alunos fazem ou uma dramatização dessas fotografias, ou então inventam ou reinventam a história dessas fotografias e comparam-na com a história real. Ou ainda “Quando as Máscaras Falam”, que é o valor do simbólico nas sociedades africanas e também nas nossas. E, por isso, o grande objectivo desta oficina é os alunos e os professores entrarem no valor intrínseco e profundo de algumas atitudes ou gestos ou mesmo máscaras. Com as danças e batuques, normalmente uma grande festa, de facto, conseguem pôr a escola a dançar com ritmos africanos. Depois há uma exposição temática de artesanato e, por fim, há uma festa final onde os alunos normalmente acabam por fundar ou um grupo de dança africana ou um grupo de teatro.

O acompanhamento posterior destas acções inclui avaliação, ou uma tri-avaliação, se pudermos assim dizer, entre a Câmara, nós e a escola envolvida, também com a presença de alguns alunos. Há depois esta criação de teatro ou de dança e a formação de núcleos do Clube das Caravelas. Podemos, assim, ter uma malha humana que se associa às nossas actividades.

Com a ajuda destes núcleos formados nas escolas, com as escolas que trabalham há muitos anos, tratámos o tema da solidariedade num dia em que há um vídeo, há voluntários que vão falar sobre o tema da solidariedade, dia que é comum a Espanha e Portugal. O dia da

Solidariedade tem sido a vinte um de Novembro, mas este ano, por força das circunstâncias, será mais tarde. A partir daí, fazemos a semana da solidariedade nas escolas, com acções concretas de solidariedade no espaço intra-muros da escola e depois, mais tarde, se o resultado for bom, veremos se poderemos sair das escolas e trabalharmos com os “nossos” núcleos em Moçambique e Angola, através de Associações que conhecemos e que já estão a operar no terreno.

Por fim, eu gostava de contar, e se calhar alguém já conhece esta história que me acompanha sempre, desde que eu comecei com este projecto, e desde que eu comecei também a dar a ideia e as perspectivas deste projecto. Esta história tem a ver com a noção de cultura, ou, pelo menos, com a noção de que cada palavra encerra um património cultural, um código cultural em si própria. Se nós conseguirmos ir para além desta uniformidade e se quisermos de facto privilegiar o valor das culturas e da diferença, vale a pena ouvir isto com um bocadinho de atenção. Sei que a Dra. Maria de Lurdes Neto, já conhece esta história. É retirada do livro “Entre Dois Mundos” do Pedro d’Orey da Cunha quando estava nos Estados Unidos ainda a trabalhar no seu doutoramento. Estava a trabalhar como uma comunidade de emigrantes, portanto eles falavam português e estava a acompanhar, neste caso específico, um aluno.

E a história é esta:

“Dei uma folha de papel ao Arlindo. Era uma lista de palavras com as quais o aluno devia construir frases da sua escolha. O que eu queria era ajudar aquele rapaz acanhado e triste a exprimir-se; talvez que aquelas frases me revelassem um pouco mais do que se passava lá por dentro.

À palavra *inteligente*, o Arlindo acrescentou: *eu não sou*. Quando chegou à palavra *bonito* escreveu mesmo sem pensar: *gosto muito com batatas*. À noite houve uma reunião de pais na Sullivan School. Lá estavam os pais do Arlindo sempre fiéis, com três ou quatro filhos a correrem por entre os bancos. Depois da reunião, fui ter com a Sra Alice. Contei-lhe então a estranheza que me causara a frase relacionada com *bonito* que o filho escrevera.

A Sra. Alice, sorrindo com resignação respondeu:

É o peixe dos pobres lá no Faial, Senhor! Lá para Outubro salgávamos o bonito que íamos comendo durante o ano. É muito bom com batatas”.

Esta história é muito emblemática. De facto, se queremos ter projectos baseados em boas práticas, em primeiro lugar temos de perceber que as culturas não são conhecíveis, passe a expressão, com tanta rapidez. E, por isso, um projecto como este que eu estou a defender há já seis anos ainda está muito no seu princípio.

Muito obrigado.

Fernando Regateiro

É caso para dizer que continuamos a ser surpreendidos. Exactamente pela extensão dos trabalhos que estão a ser feitos, e pela forma de abordagem no respeito pela cultura do “outro”. O que, mais uma vez, foi patente na comunicação que acabámos de ouvir.

Temos, de seguida, a intervenção da Senhora Dra. Carmelinda Pereira da escola do 1º ciclo de Algés. Irá projectar um pequeno filme de alguns minutos. Primeiro a palavra. A seguir, projectamos o filme.

Carmelinda Pereira

A Arte, Chave para o Futuro

A Humanidade encontra-se num momento de grandes mudanças.

Em todas as ciências se escuta...

Os artistas são sensíveis a tudo o que palpita.

O papel dos artistas é o de florir a vida prática.

Na vida prática é necessário escutar, questionar, sem impor as suas próprias opiniões.

É preciso dar-mo-nos conta de tudo o que é diferente porque é na diferença que se aprende.

Não se pode ficar só numa via sem pensar no equilíbrio dos contrários.

Os pintores da Idade Média pintavam os rostos e animavam-nos de esperança.

Estamos aqui para nos colocarmos ao serviço do futuro; procurando a segurança interior, para a passar às crianças e aos jovens.

Lord Yehudi Menuhin

Seminário do Muse em Bruxelas, em 16 de Novembro de 98.

Já que estamos a falar de respeito pelas culturas e pela diferença, permitam-me, que comece por colocar um pequeno texto de Menuhin, exactamente pelo respeito pela diferença. Não é necessário ler. Penso que todos podem ver a projecção. Portanto eu escolhi iniciar a apresentação do trabalho prático que está a ser desenvolvido na escola básica nº 1 de Algés com esta pequena obra de arte com que normalmente o Menuhin nos presenteava cada vez que, abria a boca para falar, fosse o que fosse. Exactamente num Colóquio como este, a propósito de educação e respeito pelas culturas, eu tomei nota deste pequeno comentário tão pequeno e tão rico.

Começo a minha intervenção por apresentar o que é a escola de Algés e depois poderemos ver um filme.

O Projecto MUS–E desenvolvido na Escola Básica n.º 1 de Algés.

I – Caracterização da escola

Trata-se de uma escola cuja população escolar integra crianças com diferentes origens culturais, pertencentes a meios económico-sociais de nível médio, médio-baixo e, mesmo, de exclusão social.

Actualmente, esta caracterização está a alterar-se, em virtude do realojamento da população do bairro da Pedreira dos Húngaros, de onde provinha um grande número de crianças com mais dificuldades de integração.

Contudo, mantêm-se muitos problemas de comportamento, distúrbios emocionais e dificuldades de aprendizagem. Por um lado, porque as crianças pertencentes a famílias com problemas de legalização, com comportamentos sociais desviantes, ou a braços com a Justiça, são as últimas a ser realojadas; e, por outro lado, porque no seio da própria população lusa são crescentes os casos de marginalidade, de tóxico-dependência, de doença e de morte, provocando enormes sofrimentos num número significativo de alunos.

É assim que a Escola Básica nº1 de Algés – com 265 alunos repartidos por 14 turmas do 1º ciclo, e ainda um grupo de pré-escolar – constitui uma amostra do que é a realidade das escolas das zonas suburbanas das grandes cidades do nosso país. Todas elas são zonas marcadas pela precariedade das relações de trabalho (atingindo todos os sectores das suas populações e, de forma mais gritante, o contingente de imigrantes) e, ainda, pela decomposição social.

Pretender-se uma formação de qualidade para todas estas crianças, a que aliás têm direito, com real sucesso escolar e educativo, torna-se uma exigência cada vez mais pesada para as equipas educativas de cada escola.

No entanto, a vida de cada criança na escola, desde os seus primeiros anos, constitui um factor de uma importância extrema para a formação de futuros cidadãos livres e intervenientes, como está bem expresso nos princípios em que se fundamenta a Lei de Bases do Sistema Educativo português.

Para conseguir trabalhar neste sentido são necessários recursos, a estabilidade do corpo docente e a sua capacidade para realizar práticas pedagógicas, tal como é apontado na mesma Lei. Se os professores tentam agir assim, vão passar este modelo de vida aos seus alunos.

Este é o entendimento que une a equipa que trabalha na Escola Básica nº 1 de Algés, constituída por professores, educadores, terapeutas, auxiliares de acção educativa e animadores culturais.

É nesta equipa que assenta a dinâmica que nos leva a ter um projecto educativo, cujo tema integrador é denominado: “Crescer, aprendendo a conviver”. Nele são apontadas como grandes orientações:

- Respeitar a dignidade e integridade de todos os seres humanos;
- Tomar consciência de que cada um de nós é expressão do universo e do grupo;
- Reconhecer a importância da vida;
- Adquirir confiança em si e nos outros.

Nesta equipa tem havido um esforço significativo para envolver as actividades culturais em práticas comuns a toda a escola, centradas em conteúdos considerados mais relevantes no processo de construção da personalidade de cada criança, em interacção com os companheiros, com os adultos e com o meio envolvente.

É neste contexto que aparece o Projecto MUS-E, ao lado de outros oito subprojectos: Regras de Vida / Espaço Ecológico e Educação Ambiental / Biblioteca / Festas Escolares / Nónio / Jornal Escolar / Atelier de Expressão Plástica / Actividades de Ocupação de Tempos Livres.

II – A vida do MUS-E na Escola Básica n.º 1 de Algés

Yehudi Menuhin – virtuoso do violino, desaparecido há quase dois anos – a quem chamaram o Mozart do século XX, teve também como grande marco da sua vida uma postura de grande defensor da paz, assente no respeito por todas as culturas. Ele tinha como lema: a música é a fonte do equilíbrio e da tolerância.

Animado desta convicção, Menuhin procurou – através da sua intervenção junto dos governos – fazer com que o ensino da música, da dança e das outras artes fosse integrado nas actividades escolares, ao lado de outras disciplinas consideradas imprescindíveis, como a Língua materna e a Matemática.

Foi assim que ele fundou o Projecto MUS-E (MUSes-Europe). A palavra “Musas” foi escolhida para retomar o sentido do ensino das artes na Grécia antiga.

No âmbito deste Projecto, Menuhin tentou que a participação de artistas (músicos, dançarinos, actores, etc.) nas actividades escolares passasse e ser uma prática corrente em escolas de vários países da Europa. Nelas, a música, a dança, a escrita criativa e o teatro foram integrados na prática dos alunos de cada uma das turmas da escola.

Esta relação de aprendizagem entre as crianças e os artistas – partindo do pressuposto de que estes são pessoas com uma sensibilidade muito própria, uma grande criatividade e gosto pela prática da sua arte – poderia marcar positivamente as crianças, ajudando-as a canalizar a sua energia para direcções saudáveis, ao mesmo tempo que a prática da arte levaria a apagar possíveis preconceitos sociais, fazendo com que todas as crianças se aceitem como diferentes umas das outras, assumindo-se todas como seres humanos.

Esta aposta foi oferecida, há quatro anos, a esta Escola de Algés, em virtude das características da sua população escolar e do tipo de prática pedagógica que lá estava instituído.

É assim que, pelo quinto ano lectivo consecutivo, o Projecto MUS-E faz parte da vida da escola, permitindo que todas as crianças aprendam com artistas e professores de música, de teatro, de dança e de escrita criativa.

Esta aprendizagem processa-se durante três tempos da semana, ocupando 10% do horário lectivo, no quadro do seu horário normal. Ela corresponde ao desenvolvimento das áreas de expressão contidas no programa curricular.

A riqueza desta prática é tanto maior quanto maior for a capacidade do professor de cada turma (e do conjunto dos professores de cada nível de escolaridade) para saber entrosar na planificação do seu trabalho, em todas as outras disciplinas, tirando daí o máximo partido.

É assim que – para além do investimento na formação da personalidade e da auto-estima dos alunos – a prática das artes pode resultar num importante reforço na aprendizagem dos conteúdos de todas as disciplinas, nomeadamente a Matemática, a Leitura e a Escrita.

Os pais das crianças que têm os seus filhos em escolas em que existe este Projecto – sinónimo de humanismo e arauto de uma civilização superior – estão de parabéns.

O meu maior desejo é que ele deixe de ser um privilégio apenas de alguns, para se tornar no exercício de um direito generalizado a todas as crianças do nosso país, de toda a Europa e do resto do mundo.

Vou agora projectar um filme que foi feito a partir de uma presença do Menuhin na nossa própria escola.

Fernando Regateiro

Eu não sei! Talvez fosse melhor ficar calado! Na verdade, e na realidade que o filme retrata, cresce-se aprendendo a conviver, ou seja a “viver com”. Na verdade, é pelo conhecimento do “outro” que se chega ao

respeito. É pelo conhecimento que se ganha o próximo e que nos ganhamos pelo próximo.

É impossível a estas crianças não respeitarem a cultura das outras crianças que diferem delas pela cor. E é emocionante ver a forma como brincam, jogam e trabalham... Tenho pena que sejamos poucos para fazer passar a mensagem deste filme, por mais fermentados que saíamos daqui.

Sabemos que imagens destas se poderiam repetir por milhares das nossas escolas. Assim o quiséssemos. Assim fôssemos sensíveis e deixássemos pulsar o coração ao lado de Milan Kundera: "quando o coração fala, não convém que a razão levante objeções".

Deixei mesmo falar o coração! Mas agora é altura de dar a palavra à Senhora Dra. Vitália Rosa Monte do Alto Comissariado, para nos falar do Acordo de Cooperação entre o Alto Comissariado e o Instituto de Emprego e Formação Profissional.

Vitália Rosa Monte

Antes de mais, gostaria de felicitar os organizadores deste Seminário na pessoa da Senhora Presidente do Conselho Nacional de Educação. E agradecer também a oportunidade que me derem em poder partilhar convosco a minha experiência como Conselheira de Orientação Profissional, no Gabinete do Alto Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas.

Acordo de Cooperação

Este acordo resultou de uma proposta do ACIME para procurar responder, de uma forma mais adequada, às necessidades de integração da qualidade das comunidades e das minorias étnicas nacionais.

Foi celebrado no dia 27 de Janeiro de 1999, pelo I.E.F:P (Instituto de Emprego e Formação Profissional), e pelo ACIME (Alto Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas).

O Secretário de Estado do Emprego, Dr. Paulo Pedroso, sublinhou que: “Este protocolo abre uma nova página nas políticas sociais, que têm de ser pensadas em termos globais e locais”.

Instrumentos utilizados:

Foram feitas acções de divulgação/informação dos programas de Emprego e Formação Profissional do I.E.F.P., junto das Associações de Lisboa, na área Metropolitana de Lisboa, e também na região de Faro.

Através do Boletim Informativo do ACIME, fizeram-se várias divulgações, dando a conhecer as várias iniciativas em que este mesmo acordo contempla.

Para esclarecimento e orientação destas medidas e programas, destacou-se pelo I.E.F:P., a Conselheira de Orientação Profissional, a fim de

informar, orientar, e encaminhar os candidatos interessados nos programas acima referenciados.

As áreas de intervenção que abrangem este Protocolo, definem-se e distinguem-se pelos seguintes programas:

Emprego/Formação

Esta área consiste no processo global e permanente, através do qual jovens e adultos se preparam para o exercício de uma actividade profissional. Esta formação adquire-se com o desenvolvimento de competência e atitudes que possibilitem a adopção de comportamentos adequados para o desempenho profissional.

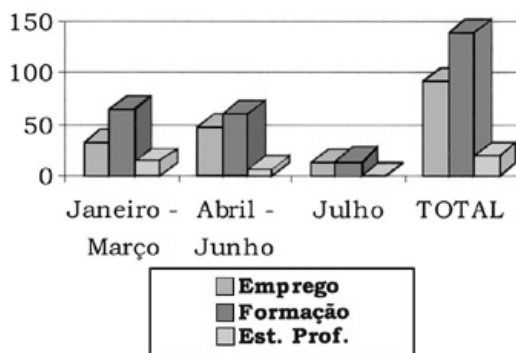
Estágios Profissionais

Este programa refere-se aos jovens que possuam qualificação intermédia ou de nível superior, possibilitando-lhes um estágio em contexto real de trabalho, facilitando-lhes assim a sua inserção no mercado de trabalho.

ESTATÍSTICAS DE ATENDIMENTOS REALIZADOS NO PRIMEIRO SEMESTRE DO ANO 2000

	EMPREGO	FORMAÇÃO	ESTÁGIOS PROFISSIONAIS
Janeiro – Março	33	64	14
Abril – Junho	47	60	6
Julho	12	15	0
TOTAL	92	139	20

ATENDIMENTOS REALIZADOS POR ÁREA



UNIVA- Unidade de Inserção de Jovens na Vida Activa

Consiste num serviço acreditado pelo I.E.F.P., para apoiar os jovens na resolução dos seus problemas de inserção ou reinserção profissional.

Entidades Promotoras: Escolas, Centros de Juventude, Centros de Formação, Instituições Particulares e de Solidariedade Social, Autarquias Locais, Associações Sindicais, Empresariais e outras (com papel importante no Desenvolvimento Local).

ILE'S - Iniciativas Locais de Emprego

As Iniciativas Locais de Emprego são caracterizadas por iniciativas de pequena dimensão, não ultrapassando os 5 postos de trabalho, promovidas e dirigidas essencialmente aos desempregados, jovens à procura do 1º emprego ou trabalhadores em risco de desemprego, sem meios financeiros, mas com capacidade para resolver o seu problema de emprego e de outros trabalhadores.

O apoio ao investimento global não poderá exceder os 12.000 mil contos.

O programa ILE exige que os candidatos frequentem uma acção de formação na área de gestão de duração de 8 semanas.

Os candidatos terão que possuir experiência comprovada, porque, se não, poderão ser excluídos do programa.

Em termos de conclusão da experiência obtida neste Gabinete como Conselheira de Orientação Profissional, pude verificar que as tarefas de um Conselheiro aqui é muito mais abrangente do que nos Centros de Emprego.

No Gabinete atende-se todo o tipo de público e com diversos pedidos de formação, emprego, saúde, habitação, ensino e encaminhamento para algumas Associações, afim de serem integrados na Comunidade. De vez em quando, aparecem pessoas que estão perdidas, que nem sabem o que é um Centro de Emprego, o que é um Centro de Saúde, não têm qualquer tipo de informação. Não só as pessoas que vêm dos PALOP, mas também pessoas que vêm de outros países: Romenos, Jugoslavos, etc.

Eu não posso fazer discriminação no Gabinete, na medida em que estou lá como Conselheira e como humana que sou, para atender as pessoas, terei que dar um encaminhamento e uma orientação às pessoas todas que me procuram. Estas tarefas tornam-se bastante gratificantes, apesar, da diversidade das actividades, na medida que é uma função orientada para as minorias étnicas e também para emigração. Contudo, convém apontar que muitos jovens que vêm a este Gabinete trazem expectativas positivas muito elevadas, a sonhar com um mundo melhor.

Estas expectativas são, muitas vezes, frustradas. Aí a Conselheira vê-se na contingência de preparar psicologicamente esses candidatos para a realidade portuguesa e também do mundo. Aí, a Conselheira de Orientação Profissional tem um papel determinante, visto que a empatia, a inter-ajuda, a compreensão do candidato que se tem à frente é crucial. Papel de solucionar com o candidato questões tão pertinentes, difíceis, e dignas da pessoa humana.

Obrigada.

Fernando Regateiro

Na intervenção da Dra. Vitália, tivemos, de algum modo, uma amostragem do que é a intervenção a nível de uma organização mais determinada politicamente, como estrutura do Estado.

No seu conjunto, as comunicações completaram-se, mostraram-nos um panorama riquíssimo que, naturalmente, o Senhor Dr. Luís Souta vai agora comentar, como fruto da avaliação e da ponderação que fez ao longo destas apresentações. Tem então a palavra o Senhor Dr. Luís Souta.

Luís Souta

Comentar estas quatro experiências não é tarefa fácil porque muito díspares, ainda que em comum tenham o facto de se centrarem na área da Grande Lisboa. O que logo me levanta a dúvida, na linha do sociólogo Fernando Luís Machado, do ISCTE, sobre o carácter multicultural da sociedade portuguesa. Num artigo publicado há não muito tempo⁷, defende ele que, face ao «carácter não-nacional da imigração», «não se poderá considerar a sociedade portuguesa como multicultural», pois «o que existe são cidades ou regiões multiculturais». O conjunto destas intervenções parece dar-lhe razão. É, de facto, a região de Lisboa aquela onde mais se fazem sentir as problemáticas da multiculturalidade e onde, naturalmente, surgem as respostas a esses novos desafios e que aqui nos foram divulgados como “exemplos de boas práticas”. Estas quatro intervenções permitem realçar a grande riqueza e potencialidade da sociedade civil, no exercício da cidadania. Vou referir-me a cada uma delas seguindo a ordem da sua apresentação.

1. Secretariado Diocesano da Obra Pastoral para os Ciganos

A primeira experiência, apresentada por Fernanda Reis (que eu conheço há muito tempo dos vários seminários em que tenho tido o gosto imenso de a ouvir), é aquela com mais tempo de terreno, e por isso a mais conhecida, aquela com quem estamos mais familiarizados. Para as pessoas que mais têm acompanhado esta comunidade, a Pastoral dos Ciganos tem sido uma referência constante no seu trabalho pioneiro de ligação e esta minoria étnica. Da actividade deste Secretariado ressaltava quatro notas:

1ª A sua forte articulação com as famílias. Desde a sua génese (trabalho informal com as famílias na zona da Amadora, em 1977) que este tem sido um traço distintivo da sua actividade ao longo destes anos. E parece ser uma das chaves do sucesso no trabalho com a comunidade cigana. No

⁷ MACHADO, Fernando Luís (1999) “Imigrantes e estrutura social”. *Sociologia - Problemas e Práticas*, nº 29, pp. 51-76.

sistema educativo, a cooperação com as famílias é uma área muito delicada, onde encontramos sempre alguma dificuldade em desenvolver acções de parceria, mesmo com as famílias da chamado *mainstream*, quanto mais com as minorias. Creio que a actividade do Secretariado é muito enriquecedora, para todos nós, na metodologia de articulação entre as instituições da sociedade civil, as famílias e a escola.

2ª O trabalho de investigação e editorial. Talvez que aqueles menos atentos estranhem ver a Pastoral dos Ciganos desenvolver uma actividade que normalmente associamos, em exclusivo, às instituições de ensino superior e aos institutos de investigação. Foi aqui referenciado o estudo levado a cabo na Diocese de Lisboa⁸ e que teve uma ampla divulgação, pois permitiu um melhor conhecimento e uma reflexão aprofundada sobre as condições de vida desta minoria e serviu de referência a muitos trabalhos de investigação que se desenvolveram posteriormente em diversas zonas do país. Foi um documento precioso, com dados interessantes a nível socio-económico e educativo, que nos confrontaram com realidades impressionantes, nomeadamente os do analfabetismo entre os jovens até aos 15 anos – 29,1%; números que mostravam como, em Portugal, estávamos longe ainda de ter resolvido o problema do acesso generalizado à escolaridade obrigatória. Foi pena que não tivesse sequência na recolha de dados a nível nacional. Como sabemos, houve uma tentativa de o fazer em 1997. No entanto, esse estudo foi um tremendo fracasso, em termos metodológicos, de aplicação dos questionários e na análise dos resultados⁹.

Um outro dado interessante tem sido a actividade deste Secretariado no campo editorial (também em Portugal, a edição deixou de ser um exclusivo das editoras; hoje, grande parte das instituições não descaram esta importante área, passando ao papel e divulgando, por exemplo, os materiais dos encontros e seminários que organizam; entre um livro e dez seminários, prefiro o livro, que fica, ao passo que os seminários se esvaem, beneficiando só quem neles esteve presente). Com os três livros

⁸ REIS, Fernanda Marques Cesarina *et al* (1995) *A Comunidade Cigana da área da Diocese de Lisboa*. Lisboa: Secretariado Diocesano de Lisboa - Obra Nacional para a Pastoral dos Ciganos.

⁹ SOUTA, Luís (1999) “O Desenvolvimento Pessoal e Social e a Cidadania Adiada”, *Arquipélago: Perspectivas e Debates*, nº 14, Verão, pp. 107-108.

aqui referenciados, a par dos estudos que têm sido conduzidos, já não podemos falar de ausência de material sobre a comunidade cigana em Portugal. A fase da “estaca zero” está ultrapassada. Já agora permitam-me uma alusão a um excelente livro que saiu neste Agosto – *Eu, Cigano Sempre! Histórias de Vida*¹⁰; sinceramente, fiquei surpreendido com o livro: uma produção muito cuidada, com apresentação, grafismo e fotografias excelentes, e, o mais importante, com histórias de vida sensacionais, numa recolha que inclui relatos de crianças, jovens, gente adulta e de idade. Transcrevo aqui um extracto duma aluna, a Joana de onze anos, que estuda em Portimão e que às tantas diz no seu texto: «Na escola a professora nunca fala dos ciganos. Eu gostava que falasse. Mas há um livro de leitura que tem uma fotografia de um casamento cigano. A minha mãe todos os dias vai ver essa fotografia». (p. 75). Este texto é uma maravilha. Às vezes, nas nossas escolas, subestimamos coisas tão simples, tão banais, como uma fotografia, um livro, quando numa sociedade ágrafa, como a Cigana, o livro e a imagem ainda constituem matérias capazes de provocar encantamento, mistério e curiosidade.

3^a A figura do mediador socio-cultural. Trata-se de uma experiência muito recente em Portugal, e que se tem revelado muito positiva. Creio ser uma figura de grande utilidade nas escolas, na articulação entre as instituições e as famílias. No caso dos Ciganos, coloca nas escolas, pela primeira vez, em funções de responsabilidade e de actividade pedagógica, gente que nunca lá esteve. Este trabalho dá-lhes uma visibilidade social e comunitária muito importantes. A avaliação está por fazer, mas, até agora, a experiência só peca pelo reduzido número de mediadores formados. Um programa de formação de mediadores, com as capacidades de intervenção nas comunidades e nas instituições, é, de facto, uma “boa prática”, mas eu não fico satisfeito com boas práticas que atingem percentagens tão baixas (estamos a falar de quatro pessoas formadas pela Pastoral, seis pelo ME, três pela Santa Casa da Misericórdia, e pouco mais... e tudo na área da Grande Lisboa). Isto aflige, face às reais necessidades destas minorias étnico-culturais e do próprio sistema educativo. Como é que conseguimos aumentar significativamente o número dos mediadores, designadamente entre os

¹⁰ A.A.V.V. (2000) *Eu, Cigano Sempre! Histórias de Vida*. Lisboa: Ministério da Educação-DEB.

ciganos, onde as dificuldades de recrutamento são muito condicionadas pelas tradicionais limitações académicas?

Não resisto a uma última nota: a Fernanda Reis pertence ao Secretariado Diocesano da Obra Pastoral, e não ouvi (nem sei se devia ouvir) nenhuma palavra sobre a actividade Pastoral. Confesso que achei algo estranho, o que mostra que instituições que à partida nos parecem muitas vezes vocacionadas para uma intervenção de proselitismo ideológico ou religioso, acabam por ter uma prática onde esse objectivo não é, pelo menos, muito evidente.

2. Associação Regresso das Caravelas

A segunda intervenção coube à Associação Regresso das Caravelas, cuja actividade tenho tido a oportunidade de acompanhar e para a qual já várias vezes fui convidado a participar. Estamos perante uma Associação da sociedade civil, mais vocacionada para as questões africanas, nomeadamente para o trabalho com as populações originárias dos PALOP, e que manifesta um propósito curioso, o tentar melhorar a imagem que, nós europeus, temos de África. Estou em crer que a imagem que temos deste continente flagelado não é assim uma imagem tão distorcida: um continente atormentado, dilacerado pela guerra, pela fome e pelas catástrofes, que passa por enormes dificuldades e que, inegavelmente, está hoje na cauda dos principais desenvolvimento mundiais.

Aqui deixo duas notas sobre o trabalho da Associação:

1ª A articulação entre a escola e a sociedade civil. Esta tem recursos, tem *experts* que a escola não tem. A escola pode perfeitamente mobilizá-los para as suas múltiplas actividades curriculares, sem a necessidade de os tornar funcionários públicos ou membros do corpo docente (porque o não são de facto) nem tão pouco estarem associados a uma só escola, mas antes a um agrupamento de escolas, o que permite rentabilizar melhor este tipo de associações. Exemplifico esse contributo em duas áreas: as oficinas e a aprendizagem de línguas nacionais. As oficinas, como sabemos, são talvez uma das áreas que as escolas têm mais dificuldade

em implementar. Miguel Sepúlveda justificou este estado de coisas pelo facto de as nossas escolas continuarem a privilegiar o trabalho livresco, académico e focalizado na oralidade. Estou convicto de que as oficinas ajudam a colmatar essas limitações. Quanto às línguas nacionais, se as queremos aprender temos que vir para fora da escola. Ora, muitas destas línguas falam-se na escola mas não se aprendem lá. É esta tendência que a Associação Regresso das Caravelas procura contrariar através do ensino das línguas africanas. Porque a língua é o elemento mais marcante de qualquer cultura, integrar as crianças dos PALOP não deve implicar a perda das suas línguas naturais, bem pelo contrário (alguns falam-nas em casa ou na rua com os vizinhos). E esse trabalho deve ser feito com *experts*, como os desta Associação, que com protocolos com as escolas (ou com agrupamentos de escolas) poderia proporcionar um serviço de qualidade enriquecedor da oferta curricular. Entretanto o ME aponta noutro sentido: anuncia, para o ano 2001/2002, actividades curriculares específicas para a língua portuguesa como segunda língua, ou como língua estrangeira, nas escolas do 1º e 2º ciclos (em 2003 será o 3º ciclo) dirigidas àqueles que manifestam incapacidade de compreender o português; basta haver um aluno nestas condições para que a escola tenha que proporcionar apoio para ele aprender convenientemente a língua portuguesa. Não se pode deixar de aplaudir. Esta medida vem de encontro à realidade que se vive nas escolas nos dias de hoje e que, em parte, explica algum do insucesso escolar dos alunos de diferentes origens étnicas ou nacionais. Algumas populações que não sabem, literalmente, uma palavra de português, nomeadamente as do Leste europeu (que existem já em número significativo em Portugal, principalmente na área metropolitana de Lisboa) está a colocar problemas novos que outros países de imigração já sentiam há muito. Todavia, nas questões da multiculturalidade linguística, gostava que não ficássemos só pelo reforço de dar aos outros o português, mas também que as línguas destas populações estrangeiras tivessem possibilidade de serem aprendidas nas nossas escolas públicas.

2ª A chamada “indústria da animação socio-cultural”. Hoje as escolas são solicitadas do exterior por associações deste tipo, por autarquias, por instituições centrais, locais ou outras, no sentido de lhes oferecerem serviços de “animação pedagógica” ou de as desafiarem para *N* projectos nacionais ou europeus. Muita gente lhes bate à porta com projectos

aliciantes, com propostas de oficinas disto e daquilo, com os mais variados pedidos de participação em concursos. E as escolas não sabem muito bem como é que tudo aquilo entra no currículo (ou são apenas “complementos”, *faits-divers*, animação?). Como é que tudo isso se rentabiliza em termos de aprendizagens reais? E, deste modo, os nossos estabelecimentos são confrontados com uma dificuldade acrescida, a de gerir esta plurifacetada oferta, numa gestão ainda tradicional do currículo. Como é que conseguem enquadrar esta diversidade no “projecto educativo de escola” ou mesmo no “plano de actividades? M^a do Céu Roldão, numa brochura muito recente¹¹, ajuda a clarificar a forma como os professores se vão apropriar do currículo em termos locais, o que é de grande utilidade face a esta realidade onde um sem número de acções, de actores e de associações (nomeadamente os grupos de teatro que encontram nas escolas o seu grande mercado) operam, às vezes, sem um fio condutor que lhes dê sentido educativo.

3. Escola Básica do 1º ciclo de Algés

A escola do 1º ciclo de Algés, aqui apresentada por Carmelinda Pereira, que todos nós conhecemos, traz-nos a problemática das artes no ensino. Não é qualquer escola que se pode gabar de ter recebido essa personalidade ímpar, que foi Menuhin; a sua visita constituiu um privilégio, um marco na história deste estabelecimento de que muito se orgulha. Gostaria aqui de me referir às áreas “menores” do currículo, as artes. Estamos conscientes de que elas são o parente pobre de todo o nosso ensino e, muito em especial, no 1º ciclo; apesar de tudo, nos outros ciclos, ainda há professores especializados (poucos e nem sempre com a formação mais adequada) em algumas dessas áreas, ao passo que na “primária” muitos dos professores sentem alguma dificuldade em tocar nas áreas da pintura, música, dança e teatro, por exemplo. Por isso, este projecto me parece tão atractivo, porque mostra como é possível, no concreto, criar espaços nas escolas para as artes e simultaneamente proporcionar o encontro de culturas. As artes, a par com o desporto, são áreas privilegiadas para se promover a interculturalidade (durante dezasseis dias, temos aí os Jogos Olímpicos de Sidney para o ilustrar,

¹¹ ROLDÃO, M^a do Céu (2000) *Currículo e Gestão das Aprendizagens: as palavras e as práticas*. Universidade de Aveiro.

nessa montra mediática para as minorais. E isso é importante para a auto-estima de populações que, normalmente, só falam delas nas desgraças, tristezas e coisas más). Vimos aqui, através do vídeo, como na escola as minorias étnico-culturais podem encontrar um local de expressão, que lhes permite a construção e reforço da sua identidade mas onde também se incentiva a permuta e a partilha. De facto, as crianças convivem, dançam, cantam e aprendem com os professores, mas também com os seus colegas e, em particular, com pessoas da comunidade que vão à escola, nestas ocasiões, na qualidade de artistas. As escolas devem ser, cada vez mais, espaços abertos a este tipo de populações, que possui recursos, capacidades, gosto e vontade em participar neste tipo trabalho, até na base do voluntariado.

Foi aqui defendida a ideia de que as artes são uma boa propedêutica para as outras áreas, as “nobres”. Tenho muitas dúvidas sobre isto. As artes são o que são, valem o que valem... tanto como as outras áreas; pelo menos, assim deveria ser. Um aluno que tem uma auto-estima reforçada, que dança bem, que canta bem, que representa bem, de certeza que nas outras áreas mais facilmente poderá ter sucesso também. Mas isto não significa ver as artes apenas como propedêutica, para o sucesso nas disciplinas “do núcleo duro”. As artes devem ganhar dignidade curricular, em pé de igualdade com todas as outras. Parece-me ser esse o sentido estratégico que aponta o grupo de trabalho, coordenado pelo actual Ministro da Educação, encarregue de equacionar toda a questão das artes no sistema educativo. Reconhece-se, hoje, que as nossas escolas precisam deste espaço curricular, e não apenas dos clubes nas “actividades de complemento curricular”. O exemplo da Escola do 1º ciclo de Algés foi igualmente muito incentivador quando nos mostrou como se pode levar os artistas à escola. Acho este ponto muito importante, porque são mundos que, em regra, andam de costas viradas. A presença de artistas na escola poderá contrariar um pouco o deserto artístico e estético que se vive em muitas das nossas escolas (acusadas muitas vezes de se pautarem pelo mais pobre, pelo mais fraco, pelo mais comercial, pelo que está na moda, em suma, pela falta de qualidade, tipo música pimba e similares).

4. Acordo de Cooperação ACIME-IEFP

Por último, o acordo entre o Alto Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME) e o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), por ser o mais recente, revelou menos e aguçou mais o apetite para o que se seguirá. A experiência que a Vitália Monte está a ter neste Gabinete de Atendimento, permite-me fazer referência a alguns estudos que ultimamente têm saído em Portugal, e que nos caracterizam a participação das minorias étnicas no mundo do trabalho. Relembra aqui um estudo publicado, há pouco tempo, por Maria Baganha, João Ferrão e Jorge Macaísta Malheiros¹², sobre os emigrantes no mercado de trabalho português (para além do referido anteriormente, do Fernando Luís Machado). Ambos os trabalhos se revelam muito interessantes e permitem-nos ter uma visão, mais correcta e rigorosa, da participação dessas populações na esfera produtiva; até aqui temos desvalorizado um pouco esta componente da população activa, talvez porque os estrangeiros constituem apenas 2% da população do país. No entanto, estes números, quando vistos a um nível mais micro – concelhos e freguesias – ganham outra dimensão, outra visibilidade. Alguns exemplos: no concelho da Moita, 9,2% do total dos residentes são minorias, na Amadora são 8,7%, e em Oeiras 7,3%. Estes estudos mostram que há uma grande bipolarização, também no mercado de trabalho, em termos de minorias. Por um lado, temos o grupo das profissões científicas liberais, directores e quadros superiores, que veio para Portugal na sequência do processo de internacionalização da nossa economia e da consequente abertura do nosso mercado às companhias internacionais e que, numa primeira fase, vinha colmatar o défice de quadros ligados a certas áreas (uma população vinda originariamente da Europa e dos Estados Unidos e que se fixou principalmente nas zonas de Lisboa e Porto). No outro lado da bipolarização, temos as populações vindas dos PALOP, que estão a ocupar fundamentalmente as áreas da construção civil e dos serviços domésticos (poucos são os imigrantes na indústria transformadora e na actividade agrícola). O grupo dos PALOP é aquele que mais fornece crianças ao sistema escolar da rede pública. Os filhos dos quadros técnicos e superiores não passam pela escola pública,

12 BAGANHA, M^a Ioannis; FERRÃO, João & MALHEIROS, Jorge Macaísta (1999) “Os imigrantes e o mercado de trabalho: o caso português”. *Análise Social*, vol. XXXIV, n^o 150, pp. 147-173.

vão frequentar as escolas privadas já existentes: a escola alemã, a escola americana, o instituto espanhol, o liceu francês.

A população dos PALOP é uma das que mais engrossa o mercado informal de emprego de que estes estudos começam a dar contornos mais precisos quanto à forma como operam e quanto às questões da vulnerabilidade e da transitoriedade de emprego a que se podem dar respostas como, por exemplo, as aqui avançadas pelo acordo ACIME-IEFP. Creio que grande parte desta parceria pode passar não pelo apoio directo, individualizado, mas através do apoio às Associações que operam no terreno e que representam populações minoritárias. Assiste-se ultimamente ao aparecimento de Associações, mesmo entre comunidades normalmente acusadas de falta de associativismo, como as ciganas: há pouco tempo, a imprensa escrita dava-nos a notícia da Associação Social e Recreativa Cigana de Águeda (mas há outras em Coimbra, Porto e Matosinhos), que propunha a criação de uma escola-oficina na área dos metais, reivindicando a recuperação de um saber tradicional que praticamente tinha desaparecido. Esta jovem Associação (tem apenas três anos) evidencia muitas dificuldades em avançar com os seus programas, face às dificuldades financeiras e logísticas com que se debate. Este género de Associações devia beneficiar bastante deste protocolo entre o ACIME e o IEFP.

E ficava por aqui, dizendo que para mim, foi um prazer ouvir-vos a todos. As “boas práticas”, que nos foram agora divulgadas, constituirão um referencial importante para quem quer trilhar os caminhos da multiculturalidade e da cidadania.

Muito obrigado, a todos.

Fernando Regateiro

Muito obrigado, Senhor Dr. Luís Souta. Não só nos fez uma síntese e um reposicionamento das questões mais importantes (mais interessantes, como diz), levantadas pelos contributos dos participantes nesta Mesa, como teve o cuidado e a elegância de deixar, a cada um, pelo menos uma

pergunta, o que vai enriquecer o debate. Agradeço-lhe imenso o esforço, a clareza e o brilho com que fez este comentário e que veio, de facto, enriquecer o contributo desta Mesa.

Debate

José Salvado Sampaio - A vida tem muitas contradições. A comunicação do Prof. Luís Souta, que estuda com seriedade e com profundidade esses problemas há muito tempo, seria de certo modo um estímulo para que não houvesse outras intervenções. Mas, são as contradições. Há uma coisa mesquinha que eu vou referir. Sou membro do Conselho Nacional da Educação desde a sua formação. Já passaram aqui muitos acetatos, e hoje tive a honra de ler o segundo acetato legível e que foi apresentado no fim. É um estímulo.

Agora o Prof. Regateiro começou por pôr um problema: se havia modelos. E a minha resposta seria sim e seria não. Eu digo: há modelos se tudo aquilo que é modelar implica criatividade e adequabilidade à pessoa que os formula. Se uma pessoa interpretar um modelo nesse sentido, há modelos. Eu já o disse aqui mais que uma vez. Eu fui colega de estágio do Sebastião da Gama e da Matilde Rosa Araújo, que é uma excelentíssima pedagoga. Eu fui professor de português e estou convencido de que fui um bom professor. Mas deixemos isso. Se eu pretendesse ensinar como o Sebastião da Gama, o meu ensino perdia imensa qualidade. Eu tinha com o Sebastião da Gama intimidade, amizade. Uma coisa extraordinária é o facto de uma pessoa que, supúnhamos nós, sabia que teria uma morte precoce e talvez fosse o Professor que eu encontrei que desse mais alegria às suas aulas. Mas, eu querer imitar a personalidade do Sebastião da Gama? Era um disparate. Quer dizer, a acção do professor, independentemente de princípios que podem ser genéricos, e portanto, modelares, implica outra coisa, a realização individual de quem ensina.

Havia um voto que eu formulava dirigindo-me às pessoas novas que estão nesta reunião: é que, daqui a quarenta ou cinquenta anos, não fosse necessário reuniões desta natureza. Quer dizer, o que determinasse toda a acção pedagógica fosse uma acção que tem que se adequar aos alunos, e o que determinasse essa adequação fosse fundamentalmente o factor

etário, factores de miúdos dos sete anos, dos oito, dos nove, e nunca factores de natureza social que são extremamente profundos.

Encontrei no Norte acções modelares tanto no que se refere aos ciganos como aos grupos sociais mais penalizados. Noutras escolas são factores de perturbação que resultam da acção pedagógica. Isto de maneira nenhuma significa que a responsabilidade dessas dificuldades tenha que recair só sobre as escolas.

Há outra coisa que é evidente para mim. Não há áreas menores no currículo, há áreas menores socialmente. Quer dizer, na sociedade portuguesa que é uma sociedade muito discriminada, naturalmente que as disciplinas de teor interculturalista têm um prestígio junto das populações que não têm as outras. Isso é a realidade social. A realidade pedagógica é indiscutível. Por exemplo, as áreas artísticas, que são subestimadas, contribuem para uma valorização global da actividade do aluno.

Eu que sou caturra, gostei imenso do filme da escola de Algés, mas só havia uma alteração que eu introduziria. Era tirar o acento circunflexo do “impor”. O erro mais vulgar da prosa portuguesa em jornais e revistas é pôr acentos circunflexos nos compostos de “pôr”. E eu concluo, saudando a nossa colega Carmelinda Pereira, que eu tenho encontrado em outras actividades, também generosas e válidas.

E disse.

Tomás Patrocínio - Muito obrigado. Peço desculpa se, neste momento do Seminário, vou repetir algumas ideias que já aqui foram colocadas. Eu tenho-me interessado por estas questões da educação, da formação, da cidadania, do desenvolvimento de um ponto de vista teórico, e igualmente, de um ponto de vista prático. De facto, eu acho que é muito importante ligarmos estas questões da teoria e da prática na área da interculturalidade, porque me parece que é muito importante trabalhar com feitos que visem o aprofundamento da compreensão das problemáticas que estão presentes aqui. Todos nós sabemos que a multiculturalidade afecta tudo e todos e as pessoas só podem ter obviamente práticas reflexivas se tiverem compreensões aprofundadas

das questões. Daí que, de alguma maneira, eu gostasse de retomar a ideia de cidadania trabalhada muito mais como processo.

Isto transporta-nos para a centralidade da pessoa de que falou a Dra. Lurdes Neto, e que faz um apelo, portanto, ao sentido ontológico da cidadania, ao sentido do ser, e que nos deve transportar para novas construções de sentidos de pertença. E isso só se consegue, obviamente, proporcionando vivências aos docentes e às pessoas na sociedade em geral, que, obviamente, também precisam de reflectir sobre estas questões da luta contra a fragmentação social. Este é um dos aspectos que eu penso que os centros formação de professores devem trabalhar com maior incidência. Sabemos que a tradição da formação é pobre no âmbito de proporcionar reflexão e de valorizar estas dimensões e relacioná-las com o quotidiano.

Ainda do ponto de vista de trabalhar com acetatos, eu gostaria de referir uma ideia que a Prof^a Teresa Ambrósio colocou na sua intervenção inicial e que se prende à necessidade de a tolerância ser insuficiente e ser necessário muito mais caminhar para um conceito de reconhecimento. Não há dúvida nenhuma de que a tolerância se usa muito no ponto de vista de reconhecermos a diversidade sociocultural, étnica, estética etc., e isso advém do facto de sermos capazes de aceitar pessoas que têm raízes culturais diferentes, mas que têm um distanciamento em relação a nós. Esse distanciamento produz em nós, de alguma maneira, uma reacção que nós somos capazes de superar até certo ponto.

Portanto, a tolerância tem aqui um campo num certo sentido assimétrico, embora nós tenhamos dificuldade em reconhecer essa assimetria, mas, é evidente, quando nós dizemos que toleramos alguém, esse alguém, também nos pode dizer que nos tolera. Eu diria, portanto, que é muito importante que partamos para a questão do reconhecimento, e trabalhemos estes conceitos com os professores, porque, de alguma maneira, o reconhecimento da multiculturalidade implica reciprocidade, e implica, portanto, um conhecimento de culturas diferentes e uma nova maneira de as valorizar assumindo obviamente os conflitos que advêm dessas diferenças.

Nós queremos construir uma escola inclusiva e é evidente, que a questão do reconhecimento é a base da escola inclusiva. Porque, todos sabemos, quando queremos integrar apenas, damos muitas vezes pouca possibilidade, vedamos mesmo a possibilidade a que o outro contribua com algo de seu para a mudança da instituição. E, portanto, importante é que é preciso mudar. Evidentemente que, para que de alguma maneira nós possamos ter esta mudança, é necessário uma redefinição dos *curricula* entendidos em sentido lato.

Uma das questões que me parecem fundamentais a ser trabalhadas nos centros de formação de professores, e não só, é, realmente, fazer incluir na reflexão a questão do projecto educativo, dos regulamentos internos de escola, que muitas vezes nos conduzem à disciplina, e avaliar de alguma maneira, como é que, isso pode excluir determinado tipo de pessoas e, obviamente, pensar-se que o plano de actividades de escola tem que incluir as diferenças, portanto, as pessoas que vivem lá.

Por outro lado, do ponto de vista dos modelos de formação de professores, creio que é fundamental desenvolverem-se modelos que estejam ligados à reflexão sobre as práticas, e que haja modalidades, de facto, que permitam essa reflexão, com algum pragmatismo. O que tem que ver, necessariamente portanto, com perguntas concretas sobre aquilo que se faz, como se faz, que resultados é que se obtêm, quem é que se está a excluir, que parecerias é que são passíveis portanto de se estabelecer.

E, só para terminar, há uma área que eu penso que está muito pouco trabalhada e que, no domínio da interculturalidade, deve ser explorada de um modo transversal e penso que tem muitas potencialidades, e que me é particularmente querida: as tecnologias da informação e comunicação. Penso que podem contribuir largamente, de um ponto de vista intercultural para que determinadas comunidades percam o seu isolamento.

Obrigado.

Ana Godinho - Sou Assessora da Senhora Vereadora Maria Calado. Ela esteve presente na abertura deste seminário mas por motivos de agenda teve que sair, solicitando-me que vos enviasse os parabéns pela realização deste evento.

Queria começar por falar do assunto que, por acaso, o Moderador também já abordou no início, quando falou das boas práticas. Acho que todos nós, nesta área de trabalho, temos boas práticas, e poderemos falar delas. Eu gostaria de falar nesta questão porque, durante o almoço, estive a falar, por acaso, com a Dra. Margarida Marques sobre as experiências que temos em comum no âmbito de projectos comunitários. Neste momento estamos integrados, através do Conselho Municipal das Comunidades Imigrantes e Minorias Étnicas da Câmara Municipal de Lisboa (do qual a Pastoral dos Ciganos também faz parte), num projecto comunitário que eu estou a coordenar que se chama "Changing the Culture of the Organisation". Este projecto tem como principal objectivo a criação de políticas comuns europeias, relativo ao levantamento das boas práticas comuns das diferentes cidades parceiras.

O projecto começou no princípio deste ano, e desde essa altura eu tenho-me confrontado com alguns problemas, sentido-me mesmo um pouco assustada, porque dou comigo, como técnica da CML e outros técnicos das outras Câmaras das diferentes cidades que pertencem a este projecto, a falarmos de técnicas e de boas práticas que temos nas próprias cidades, e, quando pensamos em pôr isto no papel, temos um pouco de receio, porque tem que se ter muito cuidado. Se calhar uma boa prática para uma cidade, com uma determinada tipificação de imigrantes, não é uma boa prática para outra. E, quando é definido que tudo isto vai gerar políticas comuns, torna-se um pouco complicado. Portanto, acho que devemos ter algum cuidado, quando pensamos fazer o levantamento das boas práticas, e como é que o vamos fazer, porque quando a União Europeia está a pensar definir políticas comuns baseando-se neste trabalho, acaba por ser um pouco complicado.

Outra das coisas que queria referir, era em relação à presença da Pastoral dos Ciganos e ao facto da criação dos Mediadores Culturais Ciganos, que eu acho que é muito importante. Às vezes, também questiono, para quê formar mais Mediadores Culturais, se depois eles não têm qualquer

integração em termos de mercado de trabalho. Esta integração é bem visível e bastante importante.

Seria bom que na área da educação, começassem a pensar na hipótese de colocar estes Mediadores Culturais nas escolas, onde o seu trabalho seria de grande importância. Aliás, a Dra. Fernanda Reis referiu que eles já tinham dado formação na área da cultura cigana, e é verdade, porque nós, no Centro de Recursos Multicultural da Câmara Municipal de Lisboa, fizemos alguns cursos de formação, (neste momento vamos começar a fazer outro), como por exemplo o curso "Introdução à Cidadania Intercultural". Tivemos a experiência de termos dois mediadores do 1º grupo a dar aulas neste curso de formação, que tem formadores pertencentes a todas as Associações do CMCIME, sendo os formandos também inscritos por estas associações. Esses dois mediadores, no primeiro curso que demos, quando deram as aulas, reparámos que foram os únicos formadores que tiveram palmas no fim, pois acho que os alunos ficaram surpreendidos com a qualidade da aula.

E, portanto, posso dizer que só o reflexo de os jovens (jovens adultos) reagirem desta forma deu para ver a importância dos Mediadores Culturais Ciganos, na forma como eles transmitiram a cultura cigana, durante aquelas duas aulas, de três horas cada uma. Neste momento, vamos alargar para mais horas, porque todos eles, formandos e formadores, se queixaram de que tinham sido muito poucas horas para cada cultura.

Era tudo o que queria dizer, e quero dar os parabéns à Escola do 1º ciclo de Algés pelo trabalho que efectuam, e tenho muita pena que tenham cortado o vídeo na fase final. É a única crítica que tenho a fazer, pois gostaria de o ter visto, mesmo, até ao fim. Acho que todos estranhámos este corte, por isso o facto de não se sentirem as palmas no final deste vídeo, bem merecidas, por sinal. Os meus parabéns, pelo trabalho e tomara que todas as boas práticas fossem como estas.

Muito obrigada.

Fernando Regateiro - *Muito obrigada, Senhora Dra. Ana Godinho. É judiciosa a sua precaução, porque se é aceitável uma harmonização política, uma normalização nunca o seria, em termos de processos.*

Ana Godinho - E posso só acrescentar uma coisa. É que migração é um factor que nunca é estável, sendo algo que está sempre em constante mudança. Portanto, se vamos definir uma política comum, já sabemos que essa política é para ser utilizada durante algum tempo, o que considero que é complicado, porque nós, por exemplo, em Lisboa, estamos a sentir que a nossa imigração está em constante mutação. Sendo esta bem visível nos últimos tempos.

Margarida Marcelino Marques - Eu só queria esclarecer que, no final da minha intervenção, também suscitei algumas dúvidas que tinham todo o sentido, porque, muito provavelmente, não ficou bem claro que, de facto, a reflexão que nós fizemos no último projecto decorre precisamente de projectos anteriores. Os nossos projectos foram recomendados a nível europeu como boas práticas. É que, de facto, a questão das boas práticas, como dizia o Prof. Luís Souta, é complicada. Porque as boas práticas, efectivamente, podem ser boas práticas só para um determinado público e abrangem necessariamente uma franja diminuta da população que nós pretendemos atingir. No nosso caso, atingimos 2900 mulheres, por exemplo, num projecto, espalhadas por cinco países da Europa, mas foi um projecto que é uma gota de água no Oceano. 2900 mulheres não quer dizer absolutamente nada quando pensamos nos objectivos que nós pretendemos atingir.

Queria também chamar a atenção para que é preciso ter muito cuidado com a extrapolação de tudo aquilo que é dito e que é feito em certos e determinados projectos. Para outros, tem muito mais importância se esses projectos são financiados ou são cofinanciados por entidades europeias. Porque, depois, o que é que acontece? Acontece aquilo que a Ana Godinho estava precisamente há bocadinho a dizer. Vemo-nos envolvidos em projectos e intenções políticas numa vastidão terrível, que, de facto, nos podem conduzir a nós, simples técnicos, ou a representantes

seja do que for, a influenciar decisões ao nível comunitário que vão abranger milhões de pessoas. De facto, é preciso estarmos muito atentos à utilização que se pode fazer destes projectos. Não quero de qualquer maneira dizer que não é fantástico que todos estes projectos locais, que todas estas coisas que têm vindo a acontecer, e cada vez mais, se desenvolvam e que haja estes resultados, que mudam efectivamente a vida e a maneira de estar, pelo menos daqueles que foram atingidos.

Só queria deixar esta nota e esclarecer que, de facto, aquele módulo de que eu falava não é um módulo de formação, mas, sim, um entendimento mínimo de convicções e de definições que poderíamos ter para dialogar em conjunto.

Fernanda Reis - Vou responder ao que o Senhor Dr. Luís Souta disse. Realmente um livro permanece por muito tempo e com toda a possibilidade de comunicação oral e de aproximação entre pessoas, é muito enriquecedor. E eu, realmente, sinto que valeu a pena estar aqui, por aquilo que aprendi, por aquilo que recebi ao longo deste dia.

Em relação a algumas dúvidas que foram colocadas, eu só queria dar uma explicação muito rápida. Disse o Senhor Dr. que eu não tinha falado da Pastoral. Eu queria esclarecer que nós não fazemos proselitismo religioso. Aceitamos e respeitamos cada pessoa, conforme as suas convicções, tentamos que, através da nossa actuação, perpassa a mensagem cristã que procuramos viver, desenvolvemos a nossa acção no reconhecimento do valor da pessoa e na riqueza de cada cultura. Procuramos nunca nos habituarmos a situações que consideramos empobrecedoras, ou antes, que fazem correr risco à pessoa humana no seu desenvolvimento, situação que consideramos de injustiça. E, por isso, estamos com as pessoas, trabalhamos com elas, tentando que elas se desenvolvam e se tornem pessoas completas e ricas, porque, se elas todas nascem bonitas, desejamos que elas se tornem cada vez mais bonitas ao longo da vida.

No aspecto dos mediadores, eu queria dizer que, realmente, eles são ainda poucos, é uma figura muito nova. Estão formados, estão quatro a

trabalhar há tempo, mas, neste momento, já há mais sete. Naturalmente, têm que ser grupos pequenos, tem que passar por um cuidado muito grande, porque o mediador tem que, logo à partida, obedecer a certos requisitos. Tem que ser uma pessoa adulta, mas ainda com capacidade de aprender, de estudar, de se concentrar. Por outro lado, tem que ser muito respeitada pela sua própria comunidade, e, depois de formada, tem que ficar capaz de se tornar também muito respeitada pela comunidade não cigana. Por isso, tem que ser uma pessoa que entenda, que fale, que esteja à volta de uma mesa com outros, e que não seja olhado como um inferior. Tudo isto exige, realmente, que se trabalhe, por enquanto, com pequenos grupos. Não é fácil, infelizmente, encontrar, pelo menos para a comunidade cigana, muitas pessoas capazes de iniciar uma formação que não pode ser muito longa no tempo.

Miguel Sepúlveda - Obrigado ao Luís Souta. Nós trabalhamos com as escolas dos vários ciclos de ensino, adaptando as actividades a cada um dos níveis. E em relação à integração destas actividades ou destes projectos, que, de facto, batem à porta das escolas, nós, pelo menos na produção de materiais pedagógicos, que estamos agora a terminar, fizemo-lo com a preocupação de trabalhar com os professores. Convidámos vários professores das escolas para fazerem parte dessa equipa de produção, e tentámos inserir, tanto quanto possível, esses diferentes temas nos materiais para poder fazer a ponte e associar estes materiais à vida curricular das escolas.

Obrigado.

Fernando Regateiro - *Muito obrigado. Permitam-me que diga que este Seminário também vai ser transposto para livro, de modo a multiplicar o efeito destas intervenções.*

Dizia a Senhora Dra. Fernanda que se sente muito satisfeita, contente, pelo que recebeu. Penso que nos devemos sentir todos muito contentes pelo que recebemos, mas os intervenientes nesta Mesa, os que falaram, que não a minha pessoa, têm certamente uma razão adicional para se

sentirem muito contentes pelo que deram. É no dar que se ganha o próximo, e nós estivemos aqui a reflectir sobre a forma de ganhar o próximo. E, certamente, de o próximo nos ganhar a nós, nesta inter-relação pessoal.

Agradeço-vos, mais uma vez, todos os contributos. E a todos os presentes, também os meus agradecimentos, pela presença e pelas reflexões com que nos brindaram.

Muito obrigado.